

**“A VOZ MÊBÊNGÔKRE”: AÇÕES DE VALORIZAÇÃO DOS DIREITOS LINGÜÍSTICOS
E COMBATE AO PRECONCEITO LINGÜÍSTICO**
**“SPREADING THE MÊBÊNGÔKRE’S VOICE”: OUTREACH ACTIONS TO PROMOTE LINGUISTIC
RIGHTS AND COMBAT LINGUISTIC PREJUDICE**

Eduarda Santos Castro Lima¹

Marinei Alves Pereira²

Camille Damásio Santos de Souza³

Dilcilene da Silva Menezes⁴

Betire Kayapo⁵

Ana Paula Quadros Gomes⁶

RESUMO

Este artigo busca analisar os impactos sociolinguísticos de ações de extensão, discutindo o alcance do protagonismo indígena em ações de valorização dos direitos linguísticos dos povos Macro-Jê, por meio das ações “Me kunĩ umari – A Voz Mêbêngôkre” e “Ponte Digital”, desenvolvidas dentro do Projeto de Extensão “Ações de Combate ao Preconceito Linguístico”, vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Essas ações têm como objetivo instrumentalizar os Mêbêngôkre com tecnologias sociais para o fortalecimento da sua luta pela valorização da sua língua Mêbêngôkre (Kayapó) e no enfrentamento do preconceito linguístico que atinge falantes de línguas minorizadas, como são as indígenas no Brasil. Por meio de atividades educativas, produção de mídias e mediação intercultural, as iniciativas apoiam a própria agenda de lutas dos indígenas, reforçando a autoestima linguística da comunidade e estimulando o reconhecimento da diversidade linguística brasileira pela sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Língua Mêbêngôkre. Direitos linguísticos. Línguas indígenas. Preconceito linguístico. Extensão universitária.

¹ Graduanda em Licenciatura Letras Português-Literaturas. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), eduardasclima@letras.ufrj.br, <https://orcid.org/0009-0002-0484-1109>.

² Mestre pelo Proflind; Mestrado Profissional em Linguística e Línguas Indígenas (Museu Nacional, UFRJ). Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de São Félix do Xingu, PA, marineialvesp@gmail.com, <https://orcid.org/0009-0008-8632-6269>

³ Bacharel em Letras: Português-Literaturas. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), millehsouza@letras.ufrj.br, <https://orcid.org/0009-0004-8032-3455>.

⁴ Doutora pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), (PPG em Linguística). Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de São Félix do Xingu, PA, dilcilenemenezes@letras.ufrj.br, <https://orcid.org/0000-0003-0508-9035>.

⁵ Graduação intercultural; formado pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Escola Municipal Indígena Capitão Bep Nox, Xingu, PA, betirekokraxmor@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-3488-1411>.

⁶ Doutora pela Universidade de São Paulo (USP). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), anaquadros@letras.ufrj.br, <https://orcid.org/0000-0002-3476-0193>.

ABSTRACT

This article analyzes the sociolinguistic impacts of outreach initiatives, discussing the scope of Indigenous protagonism in actions to promote the linguistic rights of the Macro-Jê peoples through the initiatives “Me kunĩ umari – The Mëbêngôkre Voice” and “Digital Bridge,” developed within the Outreach Project “Actions to Combat Linguistic Prejudice,” of the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ). These initiatives aim to equip the Mëbêngôkre with social technologies to strengthen their struggle for the valorization of their Mëbêngôkre (Kayapó) language and to combat linguistic prejudice that affects speakers of minority languages, such as Indigenous languages in Brazil. Through educational activities, media production, and intercultural mediation, these initiatives support the Indigenous people’s own agenda, reinforcing the community’s linguistic self-esteem and encouraging society’s recognition of Brazilian linguistic diversity.

KEYWORDS: Mëbêngôkre language. Linguistic rights. Indigenous languages. Linguistic prejudice. University outreach programs.

1. Introdução - direitos linguísticos e povos originários no Brasil

O Brasil é um país marcado por uma ampla diversidade linguística, especialmente no que diz respeito às línguas indígenas, que representam um patrimônio imaterial de grande relevância. Segundo o Censo realizado em 2022, o território brasileiro conta com 295 línguas indígenas (Peters; Lochi, 2025). Outras fontes, como o Museu da Língua Portuguesa (2025), contabilizam cerca de 175 línguas faladas por povos originários. Linguistas, como Galucio *et al.* (2018), apontam para a existência de 150 línguas. O que a linguística entende por língua é diferente da visão que um indígena ou que qualquer um de fora da academia tem sobre isso. A diferença gritante quanto ao número de línguas originárias ainda faladas no Brasil, segundo a fonte adotada, se dá exatamente por conta de a definição de língua variar segundo a área e as formas de conhecimento. De qualquer modo, há línguas indígenas em grande número. Essa pluralidade, no entanto, convive há mais de 500 anos com práticas sistemáticas de apagamento, desvalorização e preconceito contra a língua e os povos originários.

Historicamente, as línguas indígenas no Brasil foram tratadas como obstáculos a uma hegemonia do poder, primeiramente, ao domínio colonial, e, após a independência, à integração nacional, tendo sido alvo de políticas de silenciamento e substituição linguística. A imposição do português como única língua reconhecida gerou não apenas o desaparecimento de um grande número de línguas, como também o enfraquecimento de identidades culturais dos povos cujas línguas resistiram. Mesmo o fato de, até meados do séc. XVIII, nas regiões brasileiras ocupadas pelos bandeirantes, a Língua Geral Paulista ter sido a língua corrente, principalmente para as camadas de renda mais baixa, não impediu o desaparecimento de diversas outras línguas indígenas. As pressões hegemônicas são complexas, envolvendo forças culturais e econômicas.

A ameaça à vitalidade das línguas que resistem aos desafios sociopolíticos é alarmante. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que avalia fatores como o número de falantes e a transmissão intergeracional, cerca de 50% das línguas indígenas brasileiras têm menos de 500 falantes, e mais de um terço delas (34,3%) contam com menos de 200. Quando a língua deixa de ser adquirida pelas crianças, ficando restrita aos mais velhos, seu futuro é gravemente ameaçado, sendo uma via para a desestruturação das comunidades e seus modos de vida.

"A Voz Mëbêngôkre": ações de valorização dos direitos linguísticos e combate ao preconceito linguístico "A Voz Mëbêngôkre": ações de valorização dos direitos linguísticos e combate ao preconceito linguístico

Para além do desaparecimento, a pesquisadora Tânia Clemente de Souza propõe o conceito de línguas silenciadas, para descrever idiomas que, embora não estejam em uso corrente, continuam a ter significado para seus povos e possuem potencial de ressurgência (Souza, 2021). A perda linguística é um processo político de silenciamento e não um fenômeno natural. As ameaças a essas línguas estão diretamente ligadas a pressões externas, insuficientemente noticiadas pela mídia. Territórios Indígenas (TI), como os de São Félix do Xingu / PA, são sistematicamente afetados por queimadas, garimpo ilegal e desmatamento.

Além das ameaças ambientais, existem as institucionais. Conforme Ticks (2025), em 2024, São Félix do Xingu/ PA foi o município brasileiro mais afetado por queimadas, com mais de 7.356 focos detectados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Desses, muitos ocorreram em terras indígenas ou em imóveis rurais cadastrados como Cadastro Ambiental Rural, inclusive dentro de unidades de conservação e áreas protegidas ambientalmente como a Terra Indígena Kayapó. A Área de Proteção Ambiental Triunfo do Xingu, que se sobrepõe ao município, aparece com registros altíssimos de focos de incêndio, indicando que a pecuária extensiva, uso do fogo para manejo de pastagens e garimpo ilegal são práticas que ameaçam diretamente o habitat, saúde e modos de vida indígenas. Quando há queimadas no entorno, as roças das aldeias próximas secam e ficam inviabilizadas, gerando uma situação de hipossuficiência alimentar para os indígenas aldeados, que passam a depender mais pesadamente de dinheiro para adquirir alimentos.

Além disso, a Instrução Normativa 9/2020 da FUNAI, por exemplo, foi amplamente divulgada por ter desprotegido TIs ainda não homologadas, autorizando o cadastro de propriedades privadas nessas áreas. Essa normativa tem sido objeto de severas críticas e ações judiciais. Ela alterou os critérios para reconhecimento administrativo de limites de terras indígenas, eliminando a obrigatoriedade de averbar procedimentos demarcatórios em curso no cadastro de imóveis rurais, o que pode abrir espaço para que propriedades privadas sejam certificadas sobre áreas tradicionalmente ocupadas, embora não homologadas. O Ministério Público Federal obteve liminares suspendendo os efeitos da Instrução Normativa 9/2020 em diversos estados, argumentando que ela viola o caráter originário do direito dos povos indígenas às terras que ocupam tradicionalmente, além de contrariar a Constituição Federal (art. 231) e tratados internacionais.

Em oposição a esse cenário adverso, em 2019, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) declarou o período de 2022 a 2032 como a Década Internacional das Línguas Indígenas (DILI), destacando a necessidade urgente de proteger e revitalizar essas línguas. Dados da ONU (2022) indicam que os povos indígenas, embora não representem nem mesmo 6% da população mundial, falam mais de 4 mil das 7 mil línguas existentes no planeta. Os indígenas são os guardiões tanto da diversidade ecológica quanto da diversidade linguística do planeta.

Em 2020, no México, foram instituídos os fundamentos para a construção de um Plano de Ação Global para a DILI. O Plano de Ação Global da DILI estabelece metas e diretrizes para o mundo todo. Seus quatro objetivos centrais são: i) Aumentar o número de falantes e a fluência nas

línguas indígenas; ii) integrar as línguas indígenas em todos os domínios da sociedade, como o sociocultural, econômico, político e jurídico; iii) assegurar o reconhecimento jurídico e o acesso a serviços públicos nas línguas originárias; e iv) desenvolver ferramentas, tecnologias e recursos adequados para o ensino, aprendizagem e documentação das línguas. A Declaração de Los Pinos, adotada nesse contexto, enfatiza a máxima “Nada sobre nós, sem nós”, reafirmando o protagonismo indígena nas decisões que lhes dizem respeito. Esse lema é o princípio norteador da DILI, assegurando o protagonismo e a participação efetiva dos povos indígenas em todas as etapas de planejamento, consulta e implementação das ações, subvertendo a lógica histórica de políticas criadas para os indígenas, mas sem sua real participação.

No Brasil, a articulação da DILI reflete fielmente seu lema. A coordenação nacional é realizada por representantes indígenas das cinco regiões do país e suas organizações. O plano de ação brasileiro foi estruturado em três Grupos de Trabalho (GTs) específicos: (i) GT de Línguas Indígenas; (ii) GT do Português Indígena; e (iii) GT das Línguas Indígenas de Sinais, buscando contemplar a complexidade do cenário sociolinguístico nacional.

Um diferencial da abordagem brasileira é sua base epistemológica, fundamentada nas cosmovisões indígenas. A língua não é vista apenas como um sistema de comunicação, mas como um elemento indissociável do território, da espiritualidade, da cultura e do Bem Viver. Essa perspectiva interdependente reconhece que a vitalidade de uma língua depende da garantia dos direitos territoriais e dos modos de vida de seus falantes.

Diferentemente do pensamento evolucionista, os povos indígenas concebem as línguas como parte inerente ao processo original de criação. A capacidade de construir uma língua é um dom recebido no processo de criação do mundo. Cada povo recebeu, em potência, uma língua de comunicação. Mas a língua indígena é um patrimônio em permanente construção, manutenção e mudança. Pode-se dizer que, segundo algumas mitologias indígenas, o mundo é resultado de um processo contínuo de comunicação dialógica e dialética dos seres criadores e criaturas. O mundo está sempre em construção, e junto, as línguas (Luciano, 2017, p. 298).

Entre as ações propostas no plano de ação brasileiro, destacam-se: i) a criação de um Instituto Indígena de Políticas Linguísticas coordenado pelos próprios povos; ii) a realização de um mapeamento sociolinguístico nacional para identificar os diferentes níveis de vitalidade das línguas e orientar ações específicas; iii) a formação de intérpretes e tradutores indígenas para garantir os direitos linguísticos em diversas esferas, como a saúde e a justiça; e iv) o fomento à produção de materiais didáticos e artísticos que respeitem as cosmologias e os saberes de cada povo.

No Acampamento Terra Livre 2025, Iberê Daniel, do povo Guarani Mbyá, afirmou: “Cada palavra que eu digo na língua do colonizador, é uma palavra, um espírito, na língua do meu povo, que adormece.”. No encontro “Levante das Línguas Indígenas para o Futuro Ancestral” (2025), a carta síntese das lideranças indígenas afirma que:

“A Voz Mëbêngôkre”: ações de valorização dos direitos linguísticos e combate ao preconceito linguístico “A Voz Mëbêngôkre”: ações de valorização dos direitos linguísticos e combate ao preconceito linguístico

[...] viemos, por meio das nossas línguas ancestrais, ecoar nossas vozes, nossos cantos, rezas e danças, manifestando a importância das nossas línguas para nossas vidas, nosso bem viver, para os nossos territórios, para a valorização das nossas histórias e memórias, pois através dela nos conectamos com as nossas espiritualidades (Grupo de Trabalho Nacional Dili, 2025).

Na mesma carta, lemos que “uma política unificada para as línguas indígenas passa necessariamente pela cooficialização, a nível federal, de todas as línguas indígenas brasileiras”.

No âmbito da DILI, emergem por todo o país vigorosos movimentos de revitalização e retomada linguística, protagonizados pelos próprios povos indígenas. Essas ações representam uma resistência política e cultural contra hegemônica. Um exemplo concreto de avanço são as políticas de cooficialização: atualmente, 27 línguas indígenas já foram reconhecidas como cooficiais em diversos municípios brasileiros, um passo importante para garantir sua presença em espaços públicos e institucionais.

Quadro 1 - Relação entre municípios brasileiros e a cooficialização de línguas indígenas

Município	Pop. Indígena/ percentual do total	Língua indígena com grafia original da lei	Lei
São Gabriel da Cachoeira (AM)	48.296/93,17%	Tukano, Nheengatu e Baniwa Yanomami	Lei nº 145, de 11 dez. 2002. Lei nº 084, de 14 nov. 2017.
Tacuru (MS)	4.256/39,38%	Guarani	Lei nº 848, de 18 mai. 2010.
Tocantínia (TO)	4.086/54,78%	Akwê Xerente	Lei nº 411, de 25 abr. 2012.
Bonfim (RR)	6.463/46,51%	Macuxi e Wapichana	Lei nº 211, de 04 dez. 2014.
Cantá (RR)	5.234/28,02%	Macuxi e Wapichana	Lei nº 281, de 25 mar. 2015.
Miranda (MS)	8.866/34,72%	Terena Kinikinau e Língua Terena de Sinais	Lei nº 1.382, de 12 abr. 2017. Lei nº 1.538, de 04 abr. 2023.
São Félix do Xingu (PA)	2.451/3,75%	Mebêngôkre (Kayapô)	Lei nº 571, de 13 nov. 2019.
Barra do Corda (MA)	5.552/6,57%	Tenetehara-Guajajara	Lei nº 900, de 07 jul. 2020.
Santo Antônio do Içá (AM)	18.882/66,93%	Tikuna/Ticuna	Lei nº 298, de 08 out. 2020.
Monsenhor Tabosa (CE)	4.861/28,35%	Tupi-Nheengatu	Lei nº 13, de 03 mai. 2021.
Coronel Sapucaia (MS)	3.543/25,02%	Guarani	Lei nº 1412, de 25 jan. 2022.
Itacajá (TO)	6.819/17,52%	Krahô	Lei nº 595, de 19 abr. 2023.
Porto Seguro (BA)	17.771/10,58%	Patxôhã	Lei nº 1888, de 02 mai. 2023
Rondonópolis (MT)	1.080/0,44%	Boe Bororo	Lei nº 13.094, de 18 set. 2023.
João Câmara (RN)	2.421/7,27%	Tupi-nheengatu	Lei nº 901, de 06 ago. 2024.
Amambai (MS)	9.988/25,4%	Guarani Kaiowá	Lei nº 2.905, de 05 dez. 2024.
José Boiteux (SC)	1.434/23,96%	Xokleng	Lei nº 1.299, de 20 mar. 2025.

Fonte: elaborado por da Silva (2025).

A DILI no Brasil se apresenta como uma oportunidade estratégica para fortalecer as políticas linguísticas já desenvolvidas autonomamente pelas comunidades e para cobrar do Estado a formulação de políticas públicas que reconheçam e apoiem a diversidade como pilar da identidade nacional. Nesse contexto, a comunidade acadêmica é instada a atuar no incentivo e apoio aos movimentos de lideranças indígenas pelo respeito às línguas originárias e no reconhecimento das políticas e demandas locais e regionais de cada povo indígena e suas línguas, entrando nesse diálogo coletivo, cujo objetivo é construir uma política nacional para as línguas indígenas.

Exemplificando essa troca dialógica com articulações entre academia, ciência, sociedade e representantes dos povos indígenas, o II Encontro da Década Internacional das Línguas Indígenas, ocorrido em agosto de 2025, em Mato Grosso do Sul, com o tema “No chão do território, a língua espírito refloresta mentes”, reuniu lideranças indígenas, linguistas, professores e autoridades com o objetivo de tratar de políticas das línguas indígenas no Brasil e propor diretrizes para ações de fortalecimento, retomada, valorização e revitalização linguística.

Com o propósito de dar a sua contribuição para o alcance desses objetivos, o Projeto de Extensão “Ações de Combate ao Preconceito Linguístico”, desenvolvido no âmbito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) desde 2017 e coordenado pelas professoras Ana Paula Quadros Gomes (UFRJ) e Beatriz Protti Christino (UFRJ), propõe iniciativas que articulam tecnologia social, práticas de divulgação científica, educação linguística voltada ao combate ao preconceito e ao racismo linguístico, mediação intercultural e fortalecimento da autoestima linguística da comunidade de falantes de uma língua minorizada, a língua Mëbêngôkre (Kayapó), do tronco linguístico Macro-Jê.

Este artigo tem como objetivo relatar as atividades desenvolvidas por tais iniciativas, a ação “*Më kunĩ umari* – em rede pelos direitos linguísticos”, também conhecida como “A Voz Mëbêngôkre” e a ação “Ponte Digital”. Esperamos que o relato inspire outras iniciativas de respaldo das universidades à agenda de lutas dos povos indígenas brasileiros por seus direitos linguísticos.

O artigo se organiza da seguinte forma: na próxima seção, falaremos sobre a língua e o povo Mëbêngôkre; a seguir, apresentaremos as ações extensionistas do Projeto de Extensão “Ações de Combate ao Preconceito Linguístico”, da UFRJ; por fim, trazemos nossas considerações finais.

2. Os Mëbêngôkre de São Félix do Xingu / PA

Como Mariano (2020) muito bem sinaliza, o termo Kayapó tem uma conotação pejorativa, sendo a denominação dada à etnia por povos inimigos, falantes de outra língua, que, em referência à sua pintura facial, designam esse povo como “cara de macaco”⁷; por isso, vamos adotar neste artigo a

⁷ Embora seja incerto se a etimologia desse nome é realmente tupi, como indicado por um parecerista anônimo, a quem agradecemos, a página dos povos indígenas do Brasil do Instituto Socioambiental dedicada a essa etnia ([https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Mebeng%C3%B4kre_\(Kayap%C3%B3\)](https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Mebeng%C3%B4kre_(Kayap%C3%B3))) e a página do Instituto Hemispheric (<https://hemisphericinstitute.org/pt/enc05-performances/item/1385-enc05-kaiapo-people.html>) assumem isso, provavelmente com base em uma tradição de estudos antropológicos que atribui ao povo Karajá a autoria dessa alcunha, pelo fato de os Kayapó usarem máscaras rituais esculpidas e pinturas faciais de macaco. O ponto importante, para nós, é que os próprios indígenas da etnia tomam como ofensiva a designação Kayapó, associando-a a “cara de macaco”, e preferem a autodenominação “Mëbêngôkre”. Portanto, ainda que o significado associado a Kayapó não se sustente etimologicamente,

“A Voz Mëbêngôkre”: ações de valorização dos direitos linguísticos e combate ao preconceito linguístico “A Voz Mëbêngôkre”: ações de valorização dos direitos linguísticos e combate ao preconceito linguístico

autodenominação “Mëbêngôkre” – cujo significado é “gente de dentro da(s) água(s)” (Mariano, 2020, p. 2). Essa etnia tem forte ligação com os rios, vivendo às margens do rio Xingu e de seus afluentes.

Com cerca de 65.500 habitantes (IBGE, 2023), São Félix do Xingu, município de mais de 84 mil quilômetros quadrados (área que é aproximadamente o dobro da área total do estado do Rio de Janeiro; sendo o sexto município em extensão territorial do Brasil), localizado no estado do Pará, abriga parte do Território Indígena Kayapó, habitado pelo povo Mëbêngôkre – a população indígena está distribuída em 32 aldeias, ultrapassando, conjuntamente, 2 mil habitantes.

Segundo o Museu Goeldi (ver Andrello *et al.*, 2024), a presença de povos tradicionais nessas terras data de ao menos 9.500 anos antes da data de fundação do povoado que deu origem ao município, às margens do rio Xingu, em fins de 1900. Esse município da Amazônia Legal só foi formalizado com o nome atual em 10 de abril de 1962, após a região ter vivido o ciclo da borracha e visto sua substituição por atividades como a exploração da castanha-do-pará, a extração de madeira de lei, de gemas e metais preciosos. Atualmente, a atividade principal é o agronegócio, liderado pela pecuária de corte.

Apesar de ter 70% de áreas protegidas, das quais a metade é indígena, o município abriga o maior rebanho de gado do país, com 2,5 milhões de cabeças de gado, e tem desmatamento recorde. São Félix do Xingu é uma grande emissora de gases que provocam o efeito estufa: em 2023, foram emitidas cerca de 20 milhões de toneladas de dióxido de carbono, segundo estudo do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (2024). A sede municipal era antes uma reserva indígena estabelecida por decreto federal. Segundo Cardoso (2023), permanece no município um processo permanente de apropriação de terras públicas de usufruto indígena, por meio da exploração do trabalho e com uso de violência.

De acordo com o Instituto Socioambiental (Roman, 2023), a prática do garimpo ilegal na Terra Indígena Kayapó ocorria antes mesmo do território ser demarcado como uma TI, em 1960, sendo esse o local indígena com maior ocorrência de atividade de exploração ilegal de madeira e de minério (ouro). Os atos contra a natureza significam não apenas a destruição e degradação do território, mas também refletem na ameaça do desaparecimento da cultura, das tradições e, mais diretamente, dos povos que ocupam esse espaço, com toda a sua vivência – incluindo, dessa maneira, o apagamento linguístico.

A presença Mëbêngôkre não se restringe às aldeias – o espaço urbano de São Félix do Xingu também é ocupado pelos indígenas. Conforme aponta Paiva (2025, p. 17), “a mudança de muitos Mëbêngôkre para a zona urbana de São Félix do Xingu encontra-se vinculada, de modo geral, à possibilidade de acesso mais facilitado a atendimento em saúde [...], assim como aos serviços de instituições financeiras e de repartições públicas diversas”.

e que sua atribuição pelos Karajá se prove um mito, uma vez que isso é tomado como verdade pelo próprio povo, entendemos que não nos compete, no âmbito deste artigo, nos aprofundarmos na questão científica, e sim que devemos respeitar as crenças dos próprios Mëbêngôkre.

Como visto na seção anterior, no quadro 1, o município de São Félix do Xingu cooficializou a língua Mëbêngôkre em 2019, pela lei municipal nº 571 (São Félix do Xingu / PA, 2019). Essa lei obriga o município a manter os atendimentos ao público, nos órgãos da administração municipal, e a confeccionar placas com nomes de rua, bem como redigir comunicações de interesse público, tanto em português quanto em Mëbêngôkre; também promete incentivar o aprendizado e o uso da língua Mëbêngôkre nas escolas da rede pública municipal; o Artigo 4º diz que “o uso da língua Mëbêngôkre (Kayapó) não será motivo de discriminação”. Porém, decorridos mais de cinco anos desde a sua implementação, não se observa ainda em plenitude os efeitos desta lei no município. Sua plena execução ainda exige muita luta.

A Secretaria Municipal de Educação do Município (SEMED) atende a 32 escolas indígenas de Ensino Fundamental (*cf.* Ribeiro, 2023), cada uma numa delas localizada numa das aldeias Mëbêngôkre, e, para tanto, conta com um Departamento de Educação Escolar Indígena. Por conta de as aldeias serem geograficamente bem afastadas do centro urbano, demandando horas de viagem (em média, de 5h a 12h), geralmente por via fluvial, os professores municipais mudam-se para a aldeia em que lecionam no início do semestre letivo, permanecendo ali até o seu término. Assim, os docentes encarregados da escola indígena convivem longamente com os habitantes da aldeia.

Dado o fato de os alunos serem em sua maioria monolíngues nos primeiros anos do Ensino Fundamental, falando apenas Mëbêngôkre, e o professor municipal ser comumente monolíngue em português, cada escola indígena conta com pelo menos um professor indígena, que é um indígena aldeado, bilíngue, contratado pela prefeitura para auxiliar o professor regente. Sua principal tarefa é traduzir o que o professor fala em português para o Mëbêngôkre, a fim de que os alunos o compreendam; e traduzir o que os alunos dizem em Mëbêngôkre para o português, a fim de que o professor regente os compreenda. Vale notar que a maior parte do material didático para uso nessas escolas das aldeias, como os livros escolares e as apostilas impressas, está escrita exclusivamente em língua portuguesa. É grande a barreira linguística no acesso à educação, reforçando a situação da dominância do português já apontada em situações de acesso, por parte dos Mëbêngôkre, a serviços de saúde, serviços administrativos e atendimentos em relações comerciais.

Com relação às escolas que oferecem turmas nos centros urbanos, Paiva (2025, p. 22) afirma que “[...] o modo de organização das escolas da zona urbana invisibiliza e desconsidera os estudantes indígenas”. Dessa maneira, não há a possibilidade de os alunos Mëbêngôkre que ocupam esses espaços terem as disciplinas ministradas em sua língua materna.

Mendonça Junior *et al.* (2023) relatam que o português ainda é tratado como principal língua veicular do ensino e principal objeto de instrução nas aulas das escolas indígenas, não dando o protagonismo ao Mëbêngôkre. Além disso, o calendário escolar não leva em consideração os eventos relacionados à cultura Mëbêngôkre e o currículo de ensino não é específico para o povo indígena. Buscando modificar essa situação, o Governo do Pará, por meio da Secretaria de Estado dos Povos Indígenas, está realizando consultas em São Félix do Xingu para regulamentar uma Lei de Educação

“A Voz Mëbêngôkre”: ações de valorização dos direitos linguísticos e combate ao preconceito linguístico “A Voz Mëbêngôkre”: ações de valorização dos direitos linguísticos e combate ao preconceito linguístico

Escolar Indígena, visando atender às demandas dos povos indígenas em relação ao ensino dos povos originários⁸.

A língua Mëbêngôkre tem boa transmissão intergeracional nas aldeias de São Félix do Xingu. Segundo Mendonça Júnior *et al.* (2023), ela é falada por crianças, jovens e adultos em todas as comunidades. Porém, fora das aldeias, a situação linguística é a típica de uma língua minorizada:

O centro urbano da sede do município é bastante visitado pelos Mëbêngôkre, que interagem com os não indígenas (quase sempre não falantes de Mëbêngôkre, de modo que essa interação se dá principalmente em português) no comércio, em eventos, nas instâncias administrativas, nas instituições financeiras, em estabelecimentos prestadores de serviço, em espaços públicos etc. (Mendonça Junior *et al.*, 2023, p. 3).

O não conhecimento da língua Mëbêngôkre por parte dos não indígenas torna a interação entre eles e os Mëbêngôkre complexa e, muitas vezes, passível de preconceito linguístico. São sempre os Mëbêngôkre os instados a usar a língua do outro, que é a língua dominante. É cobrado deles que sejam fluentes em português. O monolíngue em português está sempre em situação de privilégio e desconsidera que o falante indígena de português está se utilizando de uma língua adicional, que não é a sua primeira língua. A barreira linguística está sempre presente, mesmo os Mëbêngôkre marcando forte presença nos espaços públicos e privados do município. Diante dessa realidade, é primordial oferecer suporte linguístico para aqueles que não têm o português brasileiro como primeira língua.

Além disso, esse apagamento reflete, também, na ignorância, por parte de muitos não indígenas, dos saberes do povo Mëbêngôkre e, em consequência, da descrença da capacidade intelectual deles. Dessa forma, considerando o direito de todas as comunidades de se manifestarem em sua própria língua, dada a inevitabilidade de contato do povo Mëbêngôkre com os não indígenas no município de São Félix do Xingu, é importante construir políticas que busquem reconfigurar a forma como a língua Mëbêngôkre e seus falantes são tratados na municipalidade. A Lei n.º 571 tinha esse espírito.

Mendonça Junior *et al.* (2023, p. 5) informam que a proposta foi encaminhada às autoridades legislativas por Bàykajyr Kayapó, Bepgogoti Kayapó, Bepdjà Kayapó, Pàtkôre Kayapó e Oro Maturua, professores indígenas, e por Claudiane da Silva Menezes, Clebson de Oliveira Alves, Davi da Silva Menezes, Dilcilene da Silva Menezes, Elicia das Mercês Batista da Silva, Ivanilce Gonçalves de Melo, Nádia Fernanda Barbosa Ribeiro, Vicente Carvalho de Sousa e Cledson Mendonça Junior – estes, *kubẽ* (não indígenas) simpatizantes das causas Mëbêngôkre –, muitos dos quais eram então professores municipais em escolas de aldeias, e alguns dos quais estavam à época obtendo formação em Linguística, pelo Mestrado Profissional em Linguística e Línguas Indígenas (PROFLIND) do Museu Nacional (MN), na UFRJ.

O povo Mëbêngôkre, conforme Mendonça Junior *et al.* (2023, p. 6), ao propor essa peça de legislação municipal, em 2019, ansiava por “[...] ver sua língua empregada nas aulas do ensino

⁸ O Decreto N° 4.430, do Governo do Estado do Pará, de 21 de janeiro de 2025, instituiu um Grupo de Trabalho para elaborar o projeto de lei da Política Estadual de Educação Escolar Indígena – (<https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/616268.pdf>). Uma primeira consulta pública já foi feita (<https://sepi.pa.gov.br/node/371>).

Fundamental e Médio e desejava, ainda, com a cooficialização, favorecer a valorização do povo e da língua, tanto por falantes quanto por não falantes”, mas até hoje não tem na realidade aquilo que a lei demanda.

A língua Mëbêngôkre é pertencente à Família Jê e ao tronco Macro-Jê (Rodrigues, 1999; Nikulin, 2020). Vamos oferecer brevemente uma caracterização de sua gramática, em linhas gerais, com base na literatura. A ordem canônica dos constituintes em Mëbêngôkre é SOV (Sujeito – Objeto – Verbo) (Menezes, 2018). Segundo Reis Silva (2001), é possível também a organização da sentença como S Aux OV ou como SOV Aux. A língua é isolante: as palavras não apresentam flexão tal como a apresentada em português, não havendo mudanças na forma das palavras em Mëbêngôkre para denotar plural, gênero, tempo ou caso, sendo os significados compostos por meio da justaposição de morfemas independentes.

De acordo com Stout e Thomson (1974) e Salanova (2003), a língua faz distinção temporal entre futuro e não-futuro (não é feita nenhuma distinção entre presente e passado), por meio das partículas “*ne*” (não-futuro) e “*dja*” (futuro). Não há flexão verbal de tempo. Não há flexão de número (plural, singular) nos nominais. Não há marcação gramatical de gênero.

Como apontam Mendonça Junior *et al.* (2023), a língua não tem artigos, nem definidos nem indefinidos, apresentando apenas demonstrativos. É muito provável que o Mëbêngôkre seja uma língua de A-quantificação (que marca seus componentes gramaticais aspectualmente, por advérbios e modificadores sentenciais), em vez de ser uma língua de D-quantificação (quantificação nominal), segundo Mendonça Junior e Gomes (em preparação). Os mesmos autores atestam que as diferenças de interpretação de quantidade em argumentos, como alterações no volume, peso ou número de objetos transportados, são marcadas por formas supletivas do verbo, fenômeno comum em línguas Macro-Jê; a forma nominal que expressa o objeto cuja quantidade é grande, no entanto, permanece a mesma forma utilizada para fazer referência a quantidades diminutas.

As diferenças gramaticais entre a língua Mëbêngôkre e a língua portuguesa constituem um tesouro do patrimônio linguístico universal, por caracterizarem bem a riqueza da diversidade linguística do nosso planeta. No entanto, dada a assimetria das relações de poder entre os falantes de cada uma delas, os falantes de Mëbêngôkre, a língua minorizada, muitas vezes são levados a crer que essas diferenças indicam que sua língua é inferior à língua dominante, a língua portuguesa. Nas palavras de Pereira (2025):

[...] é importante destacar que essas diferenças, embora linguística e culturalmente ricas, muitas vezes são percebidas de forma distorcida pelos próprios falantes de línguas minorizadas. Em contextos de forte pressão sociolinguística, como o que enfrentam os povos indígenas no Brasil, não é raro que tais diferenças sejam interpretadas não como expressões de diversidade e complexidade, mas como sinais de inferioridade da língua originária diante da língua dominante. Isso pode levar à crença de que o português seria uma língua “mais completa” ou “mais correta”, enquanto o Mëbêngôkre seria visto como limitado ou inadequado, o que contribui para o enfraquecimento do uso e da valorização da língua materna (Pereira, 2025, p. 54).

“A Voz Mëbêngôkre”: ações de valorização dos direitos linguísticos e combate ao preconceito linguístico “A Voz Mëbêngôkre”: ações de valorização dos direitos linguísticos e combate ao preconceito linguístico

Ademais, a atitude linguística dos *kubẽ* para com os falantes da língua minorizada, caracterizando preconceito linguístico, em nada ajuda a elevar a autoestima linguística dos Mëbêngôkre. Para reverter esse desequilíbrio entre os diferentes, impõe-se, entre outras coisas, investir na conscientização dos Mëbêngôkre sobre o alto valor de sua língua e de sua cultura, por um lado, e, de outro, expor o preconceito linguístico, fomentando atitudes de respeito pelo diferente e de valorização da diversidade. Na próxima seção, falaremos sobre duas ações extensionistas que perseguem esses objetivos.

3. Iniciativas do Projeto de Extensão “Ações De Combate Ao Preconceito Linguístico” (UFRJ)

Sob o panorama de invisibilização e de preconceito linguístico em relação à língua Mëbêngôkre apresentado na seção anterior, a ação “*Mẽ kunĩ umari* – A Voz Mëbêngôkre”, vinculada ao Projeto de Extensão “Ações de Combate ao Preconceito Linguístico”, surge por meio de uma parceria, firmada em 2021, entre o Projeto e o Departamento de Educação Escolar Indígena do Município de São Félix do Xingu, ligado à SEMED. Ela foi idealizada com o objetivo de fortalecer a visibilidade das línguas indígenas, especialmente da língua Mëbêngôkre, buscando a efetivação das ações previstas pela lei 571/2019.

A inspiração para essa ação surgiu a partir do programa “Copiô, Parente” veiculado na Rádio Nacional da Amazônia e no Youtube, em forma de podcast, que por anos realizou um trabalho de comunicação popular voltado às comunidades amazônicas. O “Copiô, Parente”, produzido em 2023 pelo Instituto Socioambiental, trazia temáticas que abordavam não apenas questões políticas envolvendo as línguas e povos originários, mas também a sua presença na sociedade brasileira como um todo, dando visibilidade e quebrando a ideia de que os povos indígenas estão isolados, sem relações de contato com os não indígenas. Mendonça Junior *et al.* (2023, p. 11) informa que o “Copiô, Parente”, antes de se tornar um conteúdo disponível nas plataformas de áudio, era “distribuído em formato MP3 por Whatsapp para cerca de dois mil contatos diretos entre indígenas, extrativistas, quilombolas, geraizeiros, ribeirinhos etc.”.

Seguindo essa mesma proposta, a ação “*Mẽ kunĩ umari* – Voz Mëbêngôkre”, é dividida em etapas de gravação de vídeos com reivindicações de direitos linguísticos, entrevistas e relatos de vivência dos representantes dos Mëbêngôkre de São Félix do Xingu. Esse material é submetido a uma edição do conteúdo e de imagem e som, para, depois, ser divulgado nos perfis do Instagram da ação *Mẽ kunĩ umari* (@vozmebengokre) e do Projeto ao qual ele está interligado (@combateaopl). A produção é resultado de um processo colaborativo que, além dos universitários participantes do projeto de extensão da universidade carioca, inclui a participação ativa de professores Mëbêngôkre, que atuam como agentes fundamentais na construção dos conteúdos.

Além da postagem dos vídeos, o grupo de extensionistas que atuam na ação também produzem conteúdos que tocam temas que têm ligação direta com o povo Mëbêngôkre – como informações sobre quem são os Mëbêngôkre, como é a sua cultura, e, englobando tudo isso, o direito linguístico e

o respeito direcionado aos povos originários. Dessa maneira, a rede social da ação torna-se, para além de um canal informativo e de divulgação científica, um espaço de resistência linguística.

A primeira equipe de extensionistas da ação *Mẽ kunĩ umari* era composta pelas então graduandas Ana Carla do Nascimento Gomes e Vitória Sara de Almeida Campos, pela então mestranda PROFLLIND (MN) Marinei Alves Pereira e pelos então doutorandos em linguística Clédson Mendonça Junior e Dilcilene da Silva Menezes, além da professora Ana Paula Quadros Gomes.

Um dos depoimentos inaugurais foi dado em 2022 a Clédson Mendonça Junior por Betire Kayapó, professor na Escola Municipal Indígena Capitão Bepnox, localizada na aldeia Kôkraxmôro, no Rio Xingu. Ele diz nessa entrevista que teve dificuldades com a língua portuguesa durante seus estudos. “Até hoje ainda encontro palavras ‘difíceis’ no português”, comenta. Ele relata ainda ter testemunhado situações de preconceito para com os Mẽbêngôkre, andando nas ruas do centro urbano: “são brincadeiras, piadas, dentre outras atitudes dos não indígenas”. E que, nos bancos, no cartório, ninguém fala uma palavra de sua língua. Ele confessa que não estava a par da lei de cooficialização, mas, tendo sabido dela durante aquela conversa, se dispôs a articular com os parentes estratégias para que ela saísse do papel e se tornasse efetiva.

Marinei Alves Pereira entrevistou Bepydji Kayapó, indígena da aldeia Tepdjāti, casado e pai de cinco filhos, que assim descreveu seus primeiros anos escolares:

Um dia minha avó falou: Filho, os professores de Redenção chegaram, você quer estudar? Eu disse que não. Tinha muito medo de *kubẽ* (não indígena). Ela me levava sem eu querer para escola. Eu chorava muito. Todos os dias, os professores tentavam me ajudar, mas não tinham sucesso. Eles não sabiam minha língua e nem eu a deles (Pereira, 2025, p. 73).

Outro entrevistado por Marinei Alves Pereira foi o enfermeiro indígena Bepkamrêk, que preconiza um equilíbrio entre, por um lado, o domínio do português, necessário para circular pelo universo *kubẽ*, obtendo acesso a serviços de saúde, justiça e políticas públicas, e, de outro lado, a conservação da língua e das tradições Mẽbêngôkre. A seu ver, se não valorizarem a própria cultura, os jovens se afastarão dos saberes tradicionais e perderão sua identidade. Para ele, o papel da escola é o de fortalecer a identidade indígena.

Vimos alguns exemplos de depoimentos colhidos na comunidade indígena, que ilustraram a enorme reflexão sobre a própria vivência e situação linguística trazida pelos entrevistados. Para ver um material mais extenso, convidamos o leitor a visitar o endereço no Instagram, @avozmebengokre.

O grupo de extensionistas dedicado à Voz Mẽbêngôkre renova seus componentes todos os semestres e segue fazendo, além de entrevistas, pesquisas e estudos sobre as questões linguísticas em torno dos povos originários. Assim, para além da publicação de relatos e de fatos a respeito da língua e do povo Mẽbêngôkre, a ação também compartilha conteúdos que tratam dos direitos linguísticos e dos significados que se vinculam ao ato de cooficializar uma língua, visando dar foco à Lei n.º 571/2019 de São Félix do Xingu.

"A Voz Mëbêngôkre": ações de valorização dos direitos linguísticos e combate ao preconceito linguístico "A Voz Mëbêngôkre": ações de valorização dos direitos linguísticos e combate ao preconceito linguístico

O objetivo da ação é instrumentalizar os Mëbêngôkre com tecnologias sociais, colocando as redes sociais a serviço da divulgação de sua própria agenda para construir um futuro melhor, reverberando sua voz de modo a que sejam ouvidos pelos canais competentes, por canais oficiais e pela sociedade brasileira, como um todo. Seleccionamos algumas amostras de postagens para dar uma ideia da metodologia empregada.

Imagem 1: Publicação sobre o respeito e direitos dos povos indígenas



Fonte: Instagram @combateaopl

Imagem 2: Publicação sobre cooficialização linguística



Fonte: Instagram @vozmebengokre

Em conjunto à atuação com extensionistas, Mendonça Junior *et al.* (2023) mostram que a ação *Mẽ kunĩ umari* – A Voz Mẽbêngôkre também influencia nas medidas de gestão pública no município de São Félix do Xingu que têm relação com a lei 571/2019, produz materiais didáticos para as escolas Mẽbêngôkre e age no apoio de ações que visem a integração da língua Mẽbêngôkre nos espaços do município xingunense – como a inserção da língua Mẽbêngôkre em placas de sinalização e fachadas de ambientes públicos. Nesse sentido, o projeto de extensão propõe a divulgação das demandas citadas nas redes sociais, ampliando o alcance da luta Mẽbêngôkre por seus direitos linguísticos.

Marinei Alves Pereira é uma das professoras *kubẽ* que leciona em escolas aldeadas. Em 2023, ela era professora municipal na aldeia Tepdjàti, quando começou a gravar entrevistas com lideranças indígenas para a ação extensionista. A seu ver,

A página da Voz Mẽbêngôkre constitui um espaço digital criado para dar visibilidade às produções, demandas e perspectivas do povo Mẽbêngôkre. Mais do que um canal de divulgação, trata-se de uma ferramenta de fortalecimento cultural e político, na medida em que reúne e publica conteúdos enviados pelos próprios indígenas – em forma de textos, vídeos, áudios e fotografias. Esses materiais expressam tanto aspectos da vida cotidiana quanto reflexões críticas sobre os direitos linguísticos, educacionais e territoriais do povo. Assim, a página se configura como um instrumento de registro e de difusão das vozes indígenas em primeira pessoa, permitindo que circulem em redes mais amplas e cheguem a instâncias institucionais competentes. Nesse sentido, ela cumpre um papel estratégico na luta pela cooficialização da língua e pela valorização da identidade cultural Mẽbêngôkre, ao mesmo tempo em que incentiva a produção contínua de conteúdos por parte dos próprios sujeitos da comunidade (Pereira, 2025, p. 72).

Além d'A Voz Mẽbêngôkre, outra frente do projeto de extensão de que Marinei Alves Pereira participa ativamente é a “Ponte Digital”, coordenada por Beatriz Protti Christino. Em 2021, no contexto pós-pandemia, o Projeto de Extensão “Ações de Combate ao Preconceito Linguístico” e o Projeto de Extensão “Observatório da Escrita”, coordenado pelo professor Marcelo Mello, uniram-se para participar do Edital FAPERJ 45/21 “Melhoria das escolas da rede pública do Rio de Janeiro” com o projeto conjunto “Interagindo com a linguagem sem preconceitos”, que veio a beneficiar a Escola Municipal Manoel Francisco da Silveira, localizada no município de Magé / RJ e com a qual o Projeto de Extensão Ações de Combate ao Preconceito Linguístico já trabalhava, em virtude da parceria firmada com a Secretaria Municipal de Educação de Magé, com recursos destinados a bolsas de Treinamento e Capacitação Técnica e aquisição de equipamentos. Entre os bolsistas do Edital FAPERJ 45/21 figuraram dois extensionistas do Projeto de Extensão “Ações de Combate ao Preconceito Linguístico”, os graduandos da UFRJ Anna Beatriz Victória dos Santos Rodrigues e Carlos Eduardo Silva Franklin Pinto, e os professores da escola beneficiada, Arthur de Sousa Costa e Cristiane Vieira Sales.

A Ponte Digital foi inspirada nos programas *Pen Pal*, nos quais pessoas desconhecidas trocavam correspondência física, firmando amizades entre representantes de diferentes culturas. A ideia era

“A Voz Mëbêngôkre”: ações de valorização dos direitos linguísticos e combate ao preconceito linguístico “A Voz Mëbêngôkre”: ações de valorização dos direitos linguísticos e combate ao preconceito linguístico

conectar uma turma de *kubẽ* de uma escola municipal de Magé, pequena cidade do Rio de Janeiro, a uma turma do mesmo ano de alunos Mëbêngôkre da aldeia Tepdjàti. Em vez de usar cartas, para fazer a ponte entre esses dois grupos de crianças de distintas línguas maternas e de culturas muito diferentes, a ação extensionista utilizaria gravações de vídeos enviadas por WhatsApp, daí o nome “Digital”. A ação promove o diálogo intercultural e interlinguístico entre os estudantes indígenas e mageenses, valorizando suas vozes e saberes e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, na qual todas as línguas e culturas tenham espaço de expressão, reconhecimento e respeito.

Imagem 3: Fachada da Escola Municipal de Ensino Fundamental Indígena Bepkurwyti, localizada na aldeia Tepdjàti



Fonte: acervo do projeto “Ações de Combate ao Preconceito Linguístico”.
Registro por Clédson Mendonça Junior (2023)

A princípio, os alunos indígenas da escola Bepkurwyti, da aldeia Tepdjàti deram sinais de timidez e insegurança, mostrando certa resistência a se expressar. Na visão de sua professora, Marinei Alves Pereira, “a autoestima, muitas vezes fragilizada por fatores históricos e sociais, refletia-se na maneira como se colocavam e se percebiam em relação ao mundo exterior” (Pereira, 2025, p. 101). Mas, à medida que as interações se multiplicavam, a confiança aumentou e os estudantes indígenas foram se soltando.

Assim, a ponte criada entre as duas escolas não apenas promoveu a troca de saberes, mas também foi fundamental para o desenvolvimento emocional e pessoal dos alunos, que hoje se mostram mais abertos, orgulhosos e conscientes da importância de sua identidade cultural (Pereira, 2025, p. 101).

Em 23 de março de 2023, os bolsistas FAPERJ abordaram com os alunos do sexto e do nono ano de Magé características do município de São Félix do Xingu / PA. Em 20 de abril de 2023, aconteceu a primeira gravação de mensagens para os estudantes Mëbêngôkre pelos alunos do oitavo e sétimo ano da Escola Municipal Manoel Francisco da Silveira.

Em 2023, a ação foi realizada em todas as turmas de Ensino Fundamental I da Escola Municipal Manoel Francisco da Silveira: uma de sexto ano, uma de sétimo ano, uma de oitavo e uma de nono ano. No ano de 2024, a ação foi limitada ao sétimo, oitavo e nono anos. Coube ao

bolsista Carlos Eduardo Franklin organizar e contabilizar as mensagens trocadas nos primeiros 7 meses de implementação da Ponte Digital. Nesse período, foram trocadas ao todo 133 mensagens entre as comunidades escolares, sendo 79 endereçadas pelos alunos do Rio de Janeiro aos do Pará e 54 enviadas pelos estudantes indígenas de São Félix do Xingu aos *kubẽ* de Magé.

Em cada turma, os bolsistas apresentaram a ação, inicialmente, apresentando também o povo Mëbêngôkre e a cidade de São Félix do Xingu. Nas visitas seguintes à escola, organizaram discussões entre os estudantes para selecionar os temas que seriam abordados nas mensagens. Antes da gravação de cada mensagem, era feito um planejamento do tema, seguida da escolha dos aspectos a abordar e do estudante que enviaria a mensagem. Cada mensagem era gravada após um planejamento coletivo, incluindo o tema, o conteúdo, os destaques e o representante da turma que se responsabilizaria pela gravação. Os estudantes fluminenses quiseram saber de aspectos da vida indígena, como técnicas de pesca, caça, construção das moradias, higiene bucal, comidas típicas e atividades escolares. Os estudantes indígenas responderam com segurança e orgulho, detalhando suas práticas cotidianas, seus saberes tradicionais e seus gostos pessoais, reforçando sua identidade e pertencimento à cultura originária.

Ao longo do tempo, notou-se um amadurecimento das perguntas feitas pelos alunos *kubẽ*, que passaram a demonstrar mais respeito e empatia. Paralelamente, os estudantes indígenas se sentiram mais empoderados, mais cientes da importância de sua língua e de sua cultura. Percebendo-se recebidos com interesse e respeito, os estudantes Mëbêngôkre passaram a se sentir orgulhosos de sua identidade.

As mensagens trocadas com os colegas da outra escola proporcionaram um espaço de escuta, pertencimento e valorização mútua. O conteúdo das mensagens trocadas evidencia a riqueza da diversidade cultural e linguística entre os dois grupos.

A Ponte Digital está sendo continuada em 2025 pelas bolsistas PROFAEX do Projeto de Extensão “Ações de Combate ao Preconceito Linguístico”. A vice coordenadora da extensão e as bolsistas PROFAEX do projeto realizam visitas presenciais à Escola Municipal Manoel Francisco da Silveira para apresentar os vídeos e áudios produzidos pelos estudantes de São Félix do Xingu e também gravar novos materiais.

Imagem 4: Fachada da Escola Municipal Manoel Francisco da Silveira



Fonte: acervo do projeto “Ações de Combate ao Preconceito Linguístico”.
Registro por Carlos Eduardo Franklin (2023)

“A Voz Mëbêngôkre”: ações de valorização dos direitos linguísticos e combate ao preconceito linguístico “A Voz Mëbêngôkre”: ações de valorização dos direitos linguísticos e combate ao preconceito linguístico

Esse intercâmbio proporciona aos estudantes não indígenas uma aproximação real e afetiva com a diversidade cultural brasileira, desconstruindo estereótipos e promovendo reflexões sobre identidade, alteridade e respeito às diferenças. Aos estudantes Mëbêngôkre, a Ponte Digital se configura como um espaço para falar de sua vivência e se fortalecerem como agentes no combate à criação de preconceitos em relação aos povos indígenas.

Nesse sentido, duas visitas de Camille Damásio e Eduarda Santos, as extensionistas bolsistas do “Ações de Combate ao Preconceito Linguístico”, em companhia da Prof.^a Beatriz Protti Christino, à Escola Municipal Manoel Francisco da Silveira, feitas à turma de 6º ano, em 2025, são particularmente ilustrativas do trabalho que vem sendo desenvolvido desde 2023. É importante ressaltar que os estudantes de 6º ano de 2025 estão vivendo a experiência da Ponte pela primeira vez.

A primeira visita aconteceu em 12 de maio de 2025. A interação com os estudantes de Magé foi estruturada em torno de um jogo de perguntas e respostas pensado para apresentar e comparar as realidades de Magé, de São Félix do Xingu e da cultura do povo Mëbêngôkre. A dinâmica foi desenhada para ser visual e participativa, utilizando mapas, bandeiras e imagens impressas.

Imagem 5: Elaboração de dinâmica com mapa do Brasil



Fonte: acervo do Projeto “Ações de Combate ao Preconceito Linguístico”.
Registro por Eduarda Santos Castro Lima (2025)

Dessa maneira, o jogo foi organizado com um sistema de cartas coloridas que tinham como objetivo desconstruir estereótipos em relação aos estudantes Mëbêngôkre. Questões como “Todos os povos indígenas falam a mesma língua?” (Falso) ou “No Brasil, existem mais de cem línguas diferentes faladas por povos indígenas?” (Verdadeiro) foram elaboradas para que os estudantes de Magé pudessem conhecer mais sobre a atual situação das línguas indígenas e que cada estudantes pudesse contribuir com seus conhecimentos e visões de mundo.

Além disso, a dinâmica também visava introduzir informações sobre geografia, cultura e meio ambiente. Os alunos foram informados, por exemplo, que o povo Mëbêngôkre também é conhecido como Kayapó e que a usina de Belo Monte impactou fortemente a região de São Félix do Xingu.

Assim, as perguntas elaboradas na atividade estabeleciam uma conexão direta entre as duas realidades. Questões como “Qual dos dois municípios possui maior população indígena?”, ou “Qual é mais urbanizado e populoso?” ou ainda “Qual município é maior em extensão territorial?” incentivavam os alunos a refletir sobre as diferenças e semelhanças entre seus contextos.

Imagem 6: Exemplo de perguntas elaboradas para a dinâmica.

1. *No Brasil, existem mais de cem línguas diferentes faladas por povos indígenas.*
☐ Verdadeiro
☐ Falso

2. *Em termos de extensão territorial, São Félix do Xingu é mais de 200 vezes maior do que Magé.*
☐ Verdadeiro
☐ Falso

3. *Qual é a capital do Estado onde está localizado São Félix do Xingu?*
 a) Belém
 b) Manaus
 c) Palmas
 d) Porto Velho

Fonte: elaboração dos autores

Após a dinâmica de apresentação, foram exibidos os vídeos enviados pelos estudantes Mëbêngôkre aos estudantes de Magé. Nesses vídeos, os jovens compartilham aspectos de seu cotidiano, cultura e território, abordando temas como esportes e gastronomia. Em uma das gravações,

“A Voz Mëbêngôkre”: ações de valorização dos direitos linguísticos e combate ao preconceito linguístico “A Voz Mëbêngôkre”: ações de valorização dos direitos linguísticos e combate ao preconceito linguístico

por exemplo, um dos estudantes Mëbêngôkre se apresenta, conta que mora na aldeia Kôkraxmôrô, e relata seu gosto por nadar no rio Xingu “porque o rio tá muito limpo, não tem poluição” e por jogar futebol, perguntando diretamente aos colegas de Magé qual o esporte preferido deles. Em outra mensagem, um estudante Mëbêngôkre pergunta sobre a comida favorita dos alunos de Magé, após compartilhar a sua: o prato tradicional berarubu com peixe.

O segundo momento de visita à turma do 6º Ano de Magé foi realizado em 25 de agosto do mesmo ano. A dinâmica principal foi a aplicação do jogo “Conhecendo as línguas indígenas do Brasil”, associado a um mapa do país. Para o jogo, cada aluno recebeu uma carta, dentre mais de 100 opções, com informações sobre o número de falantes, a família linguística e o local onde a língua indígena registrada na carta é falada e, um por um, lia os dados em voz alta, localizando no mapa os estados e países, quando era o caso, onde aquela língua está em uso. O resultado mais significativo dessa visita foi a demonstração do engajamento dos alunos com a Ponte Digital.

Ao final da atividade, eles cobraram ativamente por uma resposta dos estudantes Mëbêngôkre à mensagem em vídeo que haviam gravado na visita anterior, em maio. Essa reação espontânea evidenciou que a “ponte” estabelecida é relevante para eles e que aguardam com expectativa a continuidade do diálogo, confirmando o sucesso da ação em criar um vínculo afetivo e genuíno entre as duas comunidades escolares⁹.

Imagem 7: Registro da exibição dos vídeos dos estudantes Mëbêngôkre para os alunos da E.M. Manoel Francisco da Silveira



Fonte: arquivo do projeto “Ações de Combate ao Preconceito Linguístico”.
Registro por Beatriz Protti Christino (2025)

⁹ Vale notar que o retorno por parte dos estudantes Mëbêngôkre não aconteceu a tempo da interação com os alunos mageenses, nessa ocasião, devido, em parte, às dificuldades para a gravação e envio das mensagens. A professora Marinei Pereira relatou que, muitas vezes, o sinal de internet não era suficiente para que os estudantes vissem as perguntas da comunidade de Magé e pudessem gravar suas respostas, gerando o atraso do envio de novos vídeos. Além dessa dificuldade técnica, é preciso levar em conta que os semestres letivos das escolas indígenas não coincidem inteiramente com os semestres letivos das não indígenas, um terminando antes do outro. Em soma aos fatores, um outro, decisivo para a descontinuidade das trocas entre esses dois grupos específicos, foi o fato de a professora Marinei Pereira ter sido transferida para outra turma.

A iniciativa pode ser vista como uma forma de ampliar a “árvore de probabilidades” desses estudantes, ajudando-os a enxergar novas projeções de futuro para além de seu contexto social imediato. Para os estudantes e colaboradores Mëbêngôkre, a ação se configura como um espaço de protagonismo, onde podem compartilhar suas vivências e se afirmar como agentes no combate ao preconceito.

Para fechar esta seção, vamos avaliar o impacto das duas ações desenvolvidas pelo “Ações de Combate ao Preconceito Linguístico” na comunidade externa. São visíveis tanto o fortalecimento interno das comunidades indígenas quanto a transformação das percepções dos estudantes das escolas urbanas. Essa força aparece no conteúdo dos comentários feitos pelos participantes indígenas, que mostram surpresa positiva por não falantes de Mëbêngôkre demonstrarem interesse por sua língua e cultura, uma indicação de que ambas são também consideradas importantes pelos *kubẽ*.

A valorização da autoestima linguística dos povos Mëbêngôkre é um dos principais resultados, uma vez que a presença da língua em espaços digitais, educacionais e institucionais reforça sua importância simbólica e social. Por exemplo, ao encontrarem placas de sinalização em sua língua materna na biblioteca municipal, a reação dos Mëbêngôkre foi a de se sentirem bem-vindos naquele espaço; eles externaram que sentiam agora que o lugar também pertencia a eles, e que percebiam agora que estavam convidados a frequentá-lo. Nas entrevistas para a Voz Mëbêngôkre, os professores indígenas manifestaram em diversas falas suas visões sobre a importância de garantir mais espaço para a sua língua e a cultura tradicional dentro da escola, delineando práticas que incorporadas à sua atuação no cotidiano escolar, quando dependem apenas de iniciativas deles; e demandando materiais e mudanças.

Uma das demandas dizia respeito à composição da merenda escolar, que incluía itens como peixe enlatado, não apreciado nas aldeias. Apesar do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (Brasil, 2009), que exigia ao menos 30% da compra da agricultura familiar, boa parte da merenda entregue nas escolas indígenas de São Félix do Xingu era composta de produtos industrializados, não condizentes com a cultura tradicional. A Lei Municipal nº 520/2016 regulava o percentual de aquisição de produtos tradicionais; já a recente Lei Federal de nº 15.226/2025, que aumenta para 45% o mínimo de participação da gêneros alimentícios com origem na agricultura familiar e no empreendedor familiar rural, a partir de 2026, veio ao encontro dos anseios dos Mëbêngôkre aldeados. Nas aldeias de São Félix do Xingu/ PA, o fornecimento às escolas de produtos locais, como frutas, está sendo negociado pelo governo local para serem provenientes da agricultura indígena, fomentando a valorização de saberes e costumes tradicionais na escola e abrindo uma janela de renda para as famílias Mëbêngôkre.

Outro fato digno de nota é o recente aumento no acesso de estudantes Mëbêngôkre em cursos superiores. Só a UNIFESSPA (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, campus de São Félix do Xingu, PA) ultrapassou, em 2025, a marca de 30 indígenas universitários, o que demonstra um significativo aumento no interesse em obter formação maior, bem como a confiança em que os estudantes indígenas poderiam ser institucionalmente aceitos, mostrando que enxergam na graduação

“A Voz Mëbêngôkre”: ações de valorização dos direitos linguísticos e combate ao preconceito linguístico “A Voz Mëbêngôkre”: ações de valorização dos direitos linguísticos e combate ao preconceito linguístico

um lugar de direito seu, com potencial de inclusão para os indígenas. Um grupo de meia dúzia de Mëbêngôkre se inscreveu no Proflind (Mestrado Profissional em Linguística e Línguas Indígenas, Museu Nacional, UFRJ) em 2025, em busca de formação.

Além disso, o Projeto de Extensão contribui para uma efetivação da lei de cooficialização da língua Mëbêngôkre, apoiando a elaboração de materiais, a formação de professores, a sensibilização da sociedade local quanto à importância das línguas indígenas, e fiscalizando e cobrando pela implementação da política linguística adotada no município de São Félix do Xingu. Foi ministrado um workshop de 40h, com dois módulos, chamado “Curso de Formação de Agente Glotopolítico”, em dezembro de 2024, no âmbito da extensão, na aldeia Kôkraxmôro, a 29 pessoas, entre elas representantes (indígenas e professores não indígenas atuantes nas escolas indígenas) de 14 aldeias indígenas: Akrôtidjãm, Kakôre, Kamoktidjãm Kamure, Kôkôtkrere, Kôkraxmôro, Kremajti, Krinhô’êrê, Kruwanhôngô, Madjyre, Pokrô, Pykarârâkre, Rikaro e Tepdjâti. O evento despertou o interesse na busca por políticas linguísticas efetivas que valorizem a língua, o povo e a cultura Mëbêngôkre, como também fomentou a reflexão do grupo sobre as demandas da educação escolar indígena no município.

O encontro proporcionou ainda uma troca de conhecimento entre os professores Mëbêngôkre mais velhos e os mais novos (docentes recém-contratados), além do compartilhamento de saberes entre os Mëbêngôkre e os não indígenas que atuam nas escolas da TI Kayapó. Os participantes tornaram-se multiplicadores das mensagens e temas abordados nesse rico período de convivência e interação. Em 2025, por demanda dos indígenas, foram produzidas cartilhas para ensino de Mëbêngôkre nas escolas aldeadas e para professores *kubê* da UNIFESSPA, bem como houve cursos de introdução à língua ministrados para profissionais da saúde e educação que interagem com os Mëbêngôkre.

O retorno do conhecimento e das experiências de campo para o meio acadêmico é um pilar da extensão universitária. Assim, as iniciativas “*Mê kunĩ umari* – A Voz Mëbêngôkre” e “Ponte Digital” exemplificam de forma notável essa dinâmica, pois suas ações reverberam no ambiente acadêmico e alimentam o tripé de ensino, pesquisa e extensão. Representantes do “Ações de Combate ao Preconceito Linguístico” e suas frentes de atuação se apresentaram em espaços acadêmicos, como o X Encontro de Línguas e Culturas Macro-Jê, realizado na UFRJ em maio de 2025. O presente artigo é um desdobramento da apresentação realizada por Camille Damásio e Eduarda Santos no evento ocorrido no Rio de Janeiro.

Dessa forma, a iniciativa se converte em um estudo de caso prático sobre o monitoramento comunitário de políticas linguísticas, cuja metodologia e resultados podem ser debatidos com outros pesquisadores e povos. Fundamentalmente, esse retorno se qualifica pelo protagonismo indígena, com apresentações conjuntas entre professores Mëbêngôkre e os pesquisadores da UFRJ, garantindo que a voz do projeto ecoe diretamente no debate acadêmico.

Outro evento que contou com a participação das frentes do projeto foi o Festival do Conhecimento da UFRJ 2025 “ReAmazonar”, onde houve duas apresentações sincrônicas, que

ficaram gravadas no Youtube, contando com a participação dos professores parceiros de São Félix do Xingu e lideranças Mëbêngôkre: o professor Baykajyr Kayapó, Pytykre Kayapó e Betire Kayapó, da aldeia Kôkraxmôro. Nessas frentes é assumido um caráter de divulgação científica e de diálogo interdisciplinar. Por exemplo, a apresentação da mesa “A Voz Mëbêngôkre: ações de valorização dos direitos linguísticos e combate ao preconceito linguístico”¹⁰, inserida no eixo “Cultura Ambiental, Artes e Saberes” do evento, transcende a linguística para dialogar com a urgência ambiental. O argumento central conectou a luta pelos direitos linguísticos Mëbêngôkre à sua identidade como povo guardião da Floresta Amazônica, defendendo que a proteção da língua também é correlacionada com a defesa da pauta ambiental.

Figura 8 - Registro da apresentação da ação “*Më kunĩ umari* – A Voz Mëbêngôkre” no Festival do Conhecimento da UFRJ em 2025



Fonte: elaboração dos autores

Nesse espaço, a roda de conversa que se deu via Youtube, no canal “Extensão UFRJ” buscou sensibilizar a sociedade sobre o papel social da universidade, ao mesmo tempo que destacou o impacto da extensão universitária na formação cidadã e humana dos próprios estudantes da UFRJ. Neste evento, dois colaboradores da Ponte Digital, além das extensionistas bolsistas Camille Damásio e Eduarda Santos, fizeram parte da mesa-redonda – a professora Marinei Pereira, que atua no município de São Félix do Xingu, e Betire Kayapó, liderança indígena Mëbêngôkre.

Betire e Marinei compartilharam sua experiência como participantes das iniciativas de incentivo às línguas indígenas e o que elas significam na vivência Mëbêngôkre. Betire, em um momento da conversa, relata que fazer parte da ação “*Më kunĩ umari* – A Voz Mëbêngôkre”:

¹⁰ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=kDwUQP3CDVik>.

“A Voz Mëbêngôkre”: ações de valorização dos direitos linguísticos e combate ao preconceito linguístico “A Voz Mëbêngôkre”: ações de valorização dos direitos linguísticos e combate ao preconceito linguístico

[...] foi uma grande responsabilidade e, também, uma grande alegria. Eu senti que não estava falando apenas por mim, mas por todo o meu povo. A Voz Mëbêngôkre mostrou que nós também podemos ser protagonistas na defesa da nossa língua e cultura. Foi uma experiência que me fortaleceu e me fez perceber o quanto é importante continuar esse caminho para que a nossa voz seja sempre ouvida.

Dessa forma, esse movimento de integração assegura que a colaboração seja uma via de mão dupla, na qual o conhecimento é construído, compartilhado e transformado em conjunto, em uma verdadeira troca de saberes, beneficiando tanto a comunidade Mëbêngôkre e os alunos de uma escola pública fluminense quanto a própria academia.

4. Conclusão

As ações extensionistas tematizadas neste artigo pautam-se pela troca dialógica com uma comunidade externa parceira, o Departamento de Educação Escolar Indígena da Secretaria Municipal de Educação de São Félix do Xingu / PA, que atende às mais de 30 aldeias Mëbêngôkre daquela região. Entre os extensionistas participantes estão alunos da pós-graduação da UFRJ, tanto do Proflind (Museu Nacional, UFRJ) quanto do PPG em Linguística, que residem nesse município do Pará e atuam como educadores em escolas municipais indígenas de lá, dentro das aldeias. Alguns dos pós-graduandos do Proflind pertencem à etnia Mëbêngôkre e são falantes nativos da língua. Outros são *kubẽ* (não indígenas) professores das escolas indígenas. Esse núcleo de extensionistas que está em São Félix do Xingu / PA, mais especificamente em aldeias, faz contato presencial com as lideranças indígenas, entre elas os professores Mëbêngôkre, registrando e recolhendo seus depoimentos sobre demandas de política linguística e educacional. Outra parte dos extensionistas, sediada no Rio de Janeiro, recebe o material, trata-o do ponto de vista editorial e o publica nas redes sociais do Projeto, além de pautar entrevistas com os indígenas. O objetivo é sempre respeitar o lugar de fala dos protagonistas indígenas, reverberando sua voz, em respeito ao mote “Nada para nós sem nós”. No caso da Ponte Digital, há ainda outro núcleo de extensionistas, que visitavam uma turma de uma escola de Magé / RJ (vinculada ao nosso outro parceiro, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Magé), dialogando com eles a riqueza da variedade linguística brasileira, e, especialmente, coletando e registrando suas curiosidades sobre o cotidiano, a cultura e a língua das crianças Mëbêngôkre, bem como elaborando, registrando e enviando mensagens para a troca entre os dois grupos de alunos, os do Pará, indígenas, e os dessa turma do Rio de Janeiro.

Quando se fala em pesquisa com os indígenas, questões éticas como licença da FUNAI e licença da Plataforma Brasil afloram. Nós, no entanto, não conduzimos uma pesquisa sobre os indígenas, mas sim conduzimos uma ação extensionista com ampla participação dos indígenas, alguns dos quais são nossos extensionistas. Contamos com a autorização do Departamento de Educação Escolar Indígena, das lideranças e da própria comunidade indígena. Todas as atividades foram aprovadas e executadas em parceria dialógica, sempre observando que cabe aos Mëbêngôkre pautar sua agenda

e formular suas reivindicações, e aos não indígenas apenas contribuir com tecnologia social e com mais braços multiplicadores da mensagem para que as metas desenhadas pelos Mëbêngôkre sejam atingidas eficiente e rapidamente. Seguimos as orientações dos documentos gerados pelo Grupo de Trabalho Nacional (GT Nacional DILI - Década Internacional da Línguas Indígenas da UNESCO – de 2022 a 2032), que propõe a realizar um diagnóstico da situação da cooficialização das línguas indígenas no Brasil, por povo e por município e fortalecer o ensino das línguas indígenas nas escolas, com práticas que integrem a cultura indígena, além de exigir que as universidades brasileiras criem políticas linguísticas que promovam as línguas indígenas no ambiente acadêmico, entre outras pautas.

O princípio ético que pauta nossas ações é o de garantir o lugar de fala e o protagonismo indígena. A agenda de lutas e os objetivos prioritários são definidos pela comunidade Mëbêngôkre. Os não indígenas são apoiadores e instrumentalizadores, empenhados em catalisar resultados. Em acordo com o “nada para nós, sem nós” e alinhado com o documento do II encontro do GT nacional, que foi em 2025, na aldeia Buriti / MS.

Os Mëbêngôkre não apenas conservam os biomas mais diversificados (as florestas continuam saudáveis nas suas terras, enquanto as áreas dos não indígenas são pastos ou monoculturas), mas também conservam a diversidade linguística. Melo (2022), mostra que Marcus Vinícius Garcia, antropólogo atuante na Divisão Técnica de Diversidade Linguística do Departamento do Patrimônio Imaterial, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), aponta que o Brasil está entre os 10 países mais multilíngues; ao mesmo tempo, é um dos que tem a maior população monolíngue do planeta. Os não indígenas são monolíngues, estando da diversidade linguística nas mãos dos indígenas. O multilinguismo e o multiculturalismo brasileiro recebem grande contribuição deles.

A luta pela sobrevivência das línguas originárias no Brasil é, em sua essência, a luta pela defesa de territórios, de cosmologias ancestrais e da própria vida. Este artigo busca demonstrar que a vitalidade de um idioma não se mede apenas pelo número de falantes, mas pela garantia das condições materiais e espirituais de sua existência. A situação do povo Mëbêngôkre em São Félix do Xingu é um microcosmo dessa realidade nacional: uma comunidade linguisticamente forte, com transmissão intergeracional ativa, que se vê encurralada por ameaças externas, como o garimpo ilegal e as queimadas, e por barreiras institucionais que transformam direitos conquistados em meras formalidades. A cooficialização da língua Mëbêngôkre, um marco legal de imenso valor simbólico, permanece como uma promessa não cumprida, ilustrando a distância que frequentemente separa a lei da prática no Brasil.

É nesse cenário de urgência que a Década Internacional das Línguas Indígenas (2022-2032), proclamada pela UNESCO, oferece um arcabouço global e um chamado à ação. O seu princípio norteador, “Nada para nós sem nós”, ecoa diretamente no trabalho colaborativo entre o Projeto de Extensão “Ações de Combate ao Preconceito Linguístico” (UFRJ) e a comunidade Mëbêngôkre. As iniciativas “*Mẽ kunĩ umari* – A Voz Mëbêngôkre” e “Ponte Digital” não são apenas projetos de extensão; são a materialização desse princípio, respondendo ativamente aos objetivos da DILI

“A Voz Mëbêngôkre”: ações de valorização dos direitos linguísticos e combate ao preconceito linguístico “A Voz Mëbêngôkre”: ações de valorização dos direitos linguísticos e combate ao preconceito linguístico

ao fortalecer o uso do idioma, promover sua inserção em novos domínios como o digital e o educacional intercultural e empoderar seus falantes para que sejam os protagonistas de sua própria política linguística.

A ação “*Më kunĩ umari* – A Voz Mëbêngôkre” se revela uma ferramenta estratégica de ativismo e vigilância cívica. Ao ocupar as redes sociais com relatos, entrevistas e reivindicações na própria língua, ela transforma a visibilidade digital em capital político. Mais do que divulgar a cultura, a iniciativa traduz a letra fria da Lei nº 571/2019 em uma cobrança pública e contínua, expondo a inércia do poder público e mobilizando a opinião pública. Essa iniciativa converte o direito linguístico de um conceito abstrato para uma pauta concreta, audível e visível, pressionando pela sua efetivação em placas de rua, no atendimento em repartições públicas e no respeito cotidiano, afirmando que a voz Mëbêngôkre não será silenciada nem no território brasileiro, nem na esfera digital.

Por sua vez, a Ponte Digital opera em uma frente igualmente crucial: a desconstrução do preconceito em sua origem. Ela compreende que o respeito não pode ser legislado; ele precisa ser cultivado por meio do encontro e do reconhecimento do outro. Ao conectar estudantes Mëbêngôkre e não indígenas de Magé / RJ, a ação promove uma humanização recíproca que dinamiza estereótipos. Para os jovens fluminenses, o “indígena” genérico e folclorizado dá lugar ao rosto e à voz de um colega que gosta de futebol e se banha no rio limpo, gerando uma conexão afetiva que é a base para uma verdadeira experiência intercultural. Para os estudantes Mëbêngôkre, a plataforma oferece um espaço de autoafirmação e de exercício de sua identidade, posicionando-os como educadores e embaixadores de sua cultura.

Em suma, as ações analisadas demonstram o potencial transformador da extensão universitária quando ela atua como uma verdadeira ponte, facilitando o diálogo e fornecendo ferramentas para que as próprias comunidades lutem por seus direitos. O trabalho em São Félix do Xingu reforça que a justiça linguística é multifacetada, exigindo tanto a luta política por políticas públicas quanto a ação pedagógica de combate à ignorância. A continuidade e a replicação de iniciativas como estas são fundamentais para que o Brasil possa, enfim, encarar sua diversidade não como um problema a ser superado, mas como sua maior riqueza, construindo uma nação onde todas as vozes, em todas as suas línguas, não apenas existam, mas floresçam com dignidade e respeito.

Referências

ANDRELLO, Geraldo; LOLLI, Pedro, MEIRA; Márcio. *Temporalidades e interações socioambientais no noroeste amazônico*: apresentação ao dossiê. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi Ciênc. hum. [online], v. 19, n. 1, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2023-0025>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/gCtxYVbzFG7xTprLMtfWfN/>. Acesso em: 29 ago. 2025.

BRASIL ganha Centro de Documentação de Línguas e Culturas Indígenas. *Museu da Língua Portuguesa*, São Paulo, 20 maio 2025. Disponível em: <https://www.museudalinguaportuguesa.org.br/brasil-ganha-centro-de-documentacao-de-linguas-e-culturas-indigenas/>. Acesso em: 23 set. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. *Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica [...]*. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm. Acesso em: 30 mar. 2026.

BRASIL. Lei nº 15.226, de 30 de setembro de 2025. *Ementa da lei...* Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2025. Disponível em: Câmara dos Deputados. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-15.226-de-30-de-setembro-de-2025-659618378>. Acesso em: 30 mar. 2026.

BRASIL. Ministério dos Povos Indígenas. *Censo 2022 identifica 391 povos e 295 línguas indígenas e reforça necessidade de atuação integrada entre os entes federados*. Brasília: MPI, 24 out. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2025/censo-2022-identifica-391-povos-e-295-linguas-indigenas-e-reforca-necessidade-de-atuacao-integrada-entre-os-entes-federados>. Acesso em: 31 mar. 2026.

BRASIL. Fundação Nacional do Índio. Instrução Normativa nº 9, de 16 de abril de 2020. Disciplina o requerimento, análise e emissão da Declaração de Reconhecimento de Limites em relação a imóveis privados. Brasília, DF: FUNAI, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/instrucao-normativa-n-9-de-16-de-abril-de-2020-253343033>. Acesso em: 21 set. 2025.

CARDOSO, Núbia Vieira. *O Paraíso do gado: a dinâmica geoeconômica do Município de São Félix do Xingu na atualidade*. 2023. 143 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <http://www.bdt.d.uerj.br/handle/1/21481>. Acesso em: 24 set. 2025.

CHRISTINO, Beatriz Protti. Registro da exibição dos vídeos dos estudantes Mëbêngôkre para os alunos da E.M. Manoel Francisco da Silveira. 2025. 1 fotografia. Acervo do projeto "Ações de Combate ao Preconceito Linguístico", Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

DA SILVA, Diego Barbosa. Políticas linguísticas para línguas indígenas no Brasil: entre resistência (s) e retomada (s) no pós-redemocratização. *Revista Estudos da Linguagem*, [S. l.], v. 33, n. 3, pp. 76-113, 2025. DOI: 10.17851/2237-2083.33.3.29-54. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/relin/article/view/61404>. Acesso em: 26 set. 2025.

FRANKLIN, Carlos Eduardo. Fachada da Escola Municipal Manoel Francisco da Silveira. 2023. 1 fotografia. Acervo do projeto "Ações de Combate ao Preconceito Linguístico", Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

GALUCIO, Ana Vilacy; MOORE, Denny; VOORT, Hein van der. O patrimônio linguístico do Brasil: novas perspectivas e abordagens no planejamento e gestão de uma política da diversidade linguística. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 38, pp. 194-219, 2018. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revista_patrimonio38.pdf. Acesso em: 30 mar. 2026.

"A Voz Mëbêngôkre": ações de valorização dos direitos linguísticos e combate ao preconceito linguístico "A Voz Mëbêngôkre": ações de valorização dos direitos linguísticos e combate ao preconceito linguístico

GRUPO DE TRABALHO NACIONAL DILI. Carta da década internacional das línguas indígenas no Brasil no ATL 2025. In: Facebook: Década das Línguas Indígenas (DILI) - Brasil 2022-2032. [S. l.], 11 abr. 2025. 1 vídeo (9 min). Disponível em: <https://www.facebook.com/100078374881721/videos/532790789590691/>. Acesso em: 15 maio 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). [Rio de Janeiro]: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/sao-felix-do-xingu.html>. Acesso em: 26 set. 2025.

LIMA, Eduarda Santos Castro. Elaboração de dinâmica com mapa do Brasil. 2025. 1 fotografia. Acervo do projeto "Ações de Combate ao Preconceito Linguístico", Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. Língua, educação e interculturalidade na perspectiva indígena. *Revista de Educação Pública*, v. 26/62-1, 2017, pp. 295-310. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/repub/v26n62/2238-2097-repub-26-62-00295.pdf>. Acesso em: 26 set. 2025.

MARIANO, Michelle Carlesso. Kukràdjà: os modos de ser, estar e agir Mëbêngôkre (Kayapó). In: CONGRESSO INTERNACIONAL ONLINE DE ESTUDOS SOBRE CULTURAS, 2., 2020, Foz do Iguaçu. *Anais [...]*. Foz do Iguaçu: Editora CLAEC, 2020. v. 2, p. 1-18.

MELO, Liana. Indígena não fala só Tupi. *Agência #Colabora*. 22 fev. 2022. Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods16/indigena-nao-fala-so-tupi/>. Acesso em: 3 abr. 2026.

MENDONÇA JUNIOR, Cledson. Fachada da Escola Municipal de Ensino Fundamental Indígena Bepkurwyti, localizada na aldeia Tepdjàti. 2023. 1 fotografia. Acervo do projeto "Ações de Combate ao Preconceito Linguístico", Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

MENDONÇA JUNIOR, Cledson; GOMES, Ana Paula Quadros; KAYAPÓ, Betire; MENEZES, Dilcilene da Silva. Me Kuni Umari: em rede pelos direitos linguísticos dos Mëbêngôkré (Kayapó) em São Félix do Xingu – PA. *Cadernos de Linguística*, [S.l.], v. 4, n. 2, p. e687, 2023. DOI: <https://doi.org/10.25189/2675-4916.2023.v4.n2.id687>. Disponível em: <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/687>. Acesso em: 25 jun. 2025.

MENDONÇA JUNIOR, Cledson; GOMES, Ana Paula Quadros. *Identificando (in)definitude em Mëbêngôkre (Kayapó)*. Em preparação.

MENEZES, Dilcilene da Silva. *As classes lexicais da língua Mëbêngôkre*. 143 p. Dissertação (Mestrado em Linguística e Línguas Indígenas) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11422/23408>. Acesso em: 25 set. 2025.

NIKULIN, Andrey. *Proto-Macro-Jê: um estudo reconstrutivo*. 595 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/38893>. Acesso em: 27 set. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *ONU lança plano de 10 anos para apoiar línguas indígenas ameaçadas*. ONU News, 19 dez. 2022. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2022/12/1806922>. Acesso em: 31 mar. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Los Pinos Declaration [Chapoltepek]: Making a Decade of Action for Indigenous*. México: UNESCO, 2020. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000374030>. Acesso em: 22 set. 2025.

PAIVA, Walterlins da Silva. *Mapeamento de dificuldades relatadas por docentes da zona urbana de São Félix do Xingu no atendimento intercultural a alunos Mebêngôkre*. 2025. 109 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Linguística e Línguas Indígenas), Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11422/26758>. Acesso em: 22 set. 2025.

PEREIRA, Marinei Alves. *Notas sobre agenciamento glotopolítico: relatos de ação pela autoestima e pelos direitos linguísticos dos mebêngôkre por eles mesmos*. 2025. 121 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Linguística e Línguas Indígenas) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em <http://hdl.handle.net/11422/27634>. Acesso em: 22 set. 2025.

PETERS, Jana; LOCHI, Marília. *Censo 2022: Brasil tem 391 etnias e 295 línguas indígenas*. Agência de Notícias - IBGE. 24 out. 2025. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44848-censo-2022-brasil-tem-391-etnias-e-295-linguas-indigenas>. Acesso em: 31 mar. 2025.

REIS SILVA, Maria Amélia. *Pronomes, ordem e ergatividade em Mebêngôkre (Kayapó)*. 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, 2001.

RIBEIRO, Nádia Fernanda. *Escolarização e inclusão de alunos indígenas com deficiências nas escolas indígenas de São Félix do Xingu-PA*. 2023. 150 p. Dissertação (Mestrado em Linguística e Línguas Indígenas) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em <http://hdl.handle.net/11422/23402>. Acesso em: 22 set. 2025.

RODRIGUES, Ayrton. Macro-Jê. In: DIXON, R. M. W.; AIKHENVALD, Alexandra Y. (ed.). *The Amazonian languages*, Cambridge University Press, 1999, pp. 165-206.

ROMAN, Clara. *Garimpo continua a assolar Xingu, e estrago deve perdurar por anos*. Instituto Socioambiental (ISA). 10 nov. 2023. Disponível em <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/garimpo-continua-assolar-xingu-e-estrago-deve-perdurar-por-anos>. Acesso em: 23 set. 2025.

SALANOVA, Andrés Pablo. *The structure of Mẽbêngôkre NPs*. MIT ms. 2003.

SANTOS, Eduarda Castro Lima. *Elaboração de dinâmica com mapa do Brasil*. 2025. 1 fotografia. Acervo do projeto “Ações de Combate ao Preconceito Linguístico”, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

SÃO FÉLIX DO XINGU. Lei Municipal nº 520, de 05 de maio de 2016. Estabelece o percentual mínimo para a aquisição de alimentação escolar no âmbito do município. São Félix do Xingu: Câmara Municipal, 2016. Disponível em: <https://www.cmsaofelixdoxingu.pa.gov.br/leis/61>. Acesso em: 30 mar. 2026.

SÃO FÉLIX DO XINGU. Lei n.º 571/2019, de 13 de novembro de 2019. *Dispõe sobre a cooficialização da língua Mebêngôkre (Kayapó) no Município de São Félix do Xingu - PA*. São Félix do Xingu: Câmara Municipal, 2019. Disponível em: https://www.cmsaofelixdoxingu.pa.gov.br/arquivos/449/LEIS%20ORDINARIAS_571_2019_0000002.pdf. Acesso em: 21 set. 2025.

"A Voz Mëbêngôkre": ações de valorização dos direitos linguísticos e combate ao preconceito linguístico "A Voz Mëbêngôkre": ações de valorização dos direitos linguísticos e combate ao preconceito linguístico

SISTEMA DE ESTIMATIVAS DE EMISSÕES E REMOÇÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA. *Nota metodológica do Sistema de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa no Brasil (1990-2023): Mudanças de Uso da Terra e Florestas (MUT)*. [recurso eletrônico]. Relatório do SEEG, 2024. Disponível em: <https://seeg.eco.br/wp-content/uploads/2025/04/SEEG12-NM-MUT-BR.pdf>. Acesso em: 27 set. 2025.

SOUZA, Tania Conceição Clemente de. Línguas indígenas, fronteiras e silenciamento. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 24, n. 48, pp. 132-150, 2021. DOI: <https://doi.org/10.20396/lil.v24i48.8666487>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8666487>. Acesso em: 23 set. 2025.

STOUT, Mickey; THOMSON, Ruth. Elementos proposicionais em orações Kayapó. *Série Lingüística*, n. 3, pp. 35-68. Brasília, Summer Institute of Linguistics, 1974.

TICKS, Jade Assunção. Queimadas em São Félix do Xingu, município mais afetado pelo fogo, ocorreram dentro de imóveis rurais em 2024. *InfoAmazonia*. 6 mar. 2025. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2025/03/06/queimadas-em-sao-felix-do-xingu-municipio-mais-afetado-pelo-fogo-ocorreram-dentro-de-imoveis-rurais-em-2024/>. Acesso em: 23 set. 2025.